

# O GEOPROCESSAMENTO PARA A TERRITORIALIZAÇÃO DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL DA PREFEITURA DE LONDRINA

Caio Cezar Cunha<sup>1</sup>

---

Resumo: A presente produção consiste em apresentar um recorte do fluxo de trabalho realizado pela gestão territorial de informações da Secretaria de Assistência Social, neste caso, da cidade de Londrina-PR. O objetivo geral é destacar o papel das ferramentas de Geoprocessamento aplicado a realidade da Secretaria em questão e evidenciar alguns resultados a partir de levantamentos efetuados no convívio entre gestores, para, desta forma, a luz de conceitos teóricos e metodológicos, confirmar como essas ferramentas vem auxiliar como fim último a construção de um sistema municipal de Vigilância Socioassistencial para a cidade. Foi possível concluir, que, a perspectiva coletiva da leitura espacial embasada por ferramentas que permitem o conhecimento territorial, aponta as necessidades que o município vem a demandar, e geram resultados para uma construção social além dos desígnios técnicos políticos.

Palavras-Chave: Geoprocessamento. Políticas públicas. Vigilância Socioassistencial

---

## INTRODUÇÃO

O acesso a informações territorializadas sempre foi um desafio dentro da esfera da gestão de um órgão público. Tendo em vista a demanda que o órgão gestor possui em conhecer seu território para realizar as tomadas de decisão, a presente produção visa levantar e atestar os resultados obtidos através das ferramentas de geoprocessamento seguindo preceitos propostos pela vigilância socioassistencial<sup>2</sup>, certificando ainda mais a importância do planejamento no âmbito das políticas públicas, e com isso, constatar resultados que o mesmo possa vir fornecer a gestão.

A Vigilância Socioassistencial, enquanto um dos objetivos da política de Assistência Social, trata o território como locus privilegiado para a mensuração da presença de vulnerabilidades, riscos sociais e desproteções associadas ao território e sujeitos demandatários da política que fazem uso dos serviços públicos ofertados. É a partir das fragilidades dos territórios e das relações que nele estabelecem, que podemos conhecer e reconhecer a realidade a que estão submetidos os sujeitos de direitos.

Para poder conhecer essa realidade é necessário um trabalho mais técnico e detalhado dos gestores. A informação dentro do campo da gestão é algo relevante para realizar as tomadas de decisões, pois, todos os caminhos que a gestão pública toma está apoiada, ou deveria estar, em decisões pautadas em informações concisas sobre os territórios administrados.

Neste sentido, apresenta-se as ferramentas de gestão já existentes no serviço da Secretaria em questão e as ferramentas que agora fazem parte do seu plano de trabalho. Aponta-se o sistema informacional desenvolvido pelo município – IRSAS (Informatização da Rede de Serviços de Assistência

---

<sup>1</sup> Doutorando, Universidade Estadual de Londrina, caiocunha89@gmail.com

<sup>2</sup> A Vigilância Socioassistencial objetiva detectar e compreender as situações de precarização e de agravamento das vulnerabilidades que afetam os territórios e os cidadãos, prejudicando e pondo em risco sua sobrevivência, dignidade, autonomia e socialização. (MDS, 2013 p. 09)

Social) que agora está apto a integrar sua base de dados com o universo de dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Esta integração permitiu um olhar dinâmico e atual dos dados de acompanhamento e perfil do público, sendo possível construir mapas de reconhecimento dos territórios a partir da construção coletiva entre a rede socioassistencial com o sistema de informação integrado.

A presente produção é o resultado da análise de uma experiência empírica a luz dos fundamentos teóricos e metodológicos sobre a espacialização por ferramentas de geoprocessamento das demandas da política de assistência social tendo como fim último a construção de um sistema municipal de Vigilância Socioassistencial para Londrina – PR.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

Com a organização sistêmica das informações que seriam pertinentes para realizar avaliação e monitoramento através da Vigilância Socioassistencial, foi possível elaborar uma metodologia que estabelecesse a construção do banco de dados, sua modelagem, assim como layouts padrões para realizar a exportação dos dados presentes no software IRSAS utilizado diariamente pela Secretaria e seus Serviços.

O Sistema IRSAS - Informatização da Rede de Serviços Socioassistenciais, entregue à rede socioassistencial em 2005 está disponível desde então, atende à Secretaria Municipal de Assistência Social e a todos os serviços (governamentais e não governamentais/conveniados) da Rede Socioassistencial do Município, bem como todas as outras secretarias de políticas sociais na tentativa de integração e acesso à informação.

O sistema informatizado de controle e gestão das ações dentro das políticas oferece aos gestores amplo controle da execução de serviços e benefícios a todos os beneficiários em toda a rede socioassistencial do município.

O Irsas oferece inúmeros relatórios que proporcionam a leitura de indicadores de vulnerabilidade, risco e proteção. A partir destes dados é possível criar indicadores para a integração com outros sistemas. Neste caso, tendo em vista que o IRSAS exporta tabelas no formato Excel, foi necessário organizar um layout para sua exportação, que resulta na compatibilidade ao realizar a importação ao software de SIG (Sistema de Informação Geográfica) Arcgis 10.3.1.

A partir do banco de dados integrado com softwares de SIG, foi possível obter a espacialização de qualquer informação tabulada presente no IRSAS. As padronizações dos formatos de exportação fizeram com que o software de SIG “conversasse” com o banco de dados do IRSAS e com isso possibilitou a espacialização das informações previamente selecionadas pelos gestores.

A cidade de Londrina, possui um total de 10 territórios de CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), essa padronização ordenou-os e organizou suas subdivisões em 45 microterritórios. Com isso, a espacialização aqui mencionada, compõe a área urbana e rural de Londrina desagregada em

45 microterritórios dos CRAS, ou seja, a representação temática dos indicadores selecionados para este experimento estabelece uma ordem dentro desta escala de microterritórios e com isso seguem uma ordem padronizada de exportação tanto para os dados do IRSAS quanto para os dados do IBGE.

Da mesma forma que foi possível espacializar as informações presentes no IRSAS, foi possível gerar mapas com os dados do IBGE – frisando que a Assistência Social de Londrina já segue sua padronização territorial partindo dos setores censitários do IBGE alcançados com a produção de Cunha (2014) – “Proposta de readequação da abrangência territorial dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) em Londrina-PR”.

A exportação dos dados existentes no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística foi realizada para que pudessem ser comparadas e analisadas com as retiradas do IRSAS, sendo possível efetuar análises de indicadores similares das duas fontes, com mesma escala e recorte espacial.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dessa forma, podemos considerar que o território aparece como um importante elemento da construção do sistema de vigilância. É a partir dele que observamos todos os indicadores, que construímos índices e podemos propor a ampliação de serviços para qualificar a rede e garantir a proteção social.

Temos como objetivo ressaltar a importância do planejamento territorial enquanto locus privilegiado de análise da política de assistência social a partir dos sistemas de informação e de espacialização como ferramentas de coleta e apresentação dos resultados da proteção social.

Colocando o território em pauta, dentro da discussão que identifica as amplas demandas da Política de Assistência Social é interessante ressaltar o texto da PNAS 2004, quando foram definidos três objetivos para esta política: a proteção social, defesa de direitos e a vigilância socioassistencial.

A proteção social se dá na prestação de serviços socioassistenciais, tendo como referência a proteção social básica e especial, a defesa de direitos acontece nos conselhos, em sua maioria consultivos e de pouca representatividade e a Vigilância Socioassistencial consiste em reconhecer a demanda e a ofertas para identificar o grau de cobertura realizada pelo estado na função protetiva.

A assistência social tem por objetivos: a vigilância socioassistencial, que visa analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; (Lei 12.435 Art. 2º de 06/07/2011)

A partir da legislação, esta política por intermédio de suas ações deverá garantir aos sujeitos que fazem uso de seus serviços as proteções e as seguranças afiançadas, considerando as diretrizes da descentralização e participação. A descentralização das ações requer a aproximação ao território, reconstruindo seu olhar dentro do âmbito da gestão, coloca-se em pauta a análise da real capacidade protetiva em questão.

Ao trazer a abordagem territorial para a política de assistência social, precisamos estabelecer um diálogo com a geografia a fim de aprofundar e elucidar este conceito em uso corrente. Koga (2011) analisa esta integração como uma vontade política de aproximação a realidade.

Pensar na política pública a partir do território exige também um exercício de revista à história, ao cotidiano, ao universo cultural da população que vive neste território (...). A perspectiva de totalidade, de integração entre os setores para uma efetiva ação pública... vontade política de fazer valer a diversidade e a interrelação das políticas locais” (KOGA, 2011, Pg.25).

O território tem suas fragilidades, vulnerabilidades e também suas potencialidades, identidades e memórias, que devem ser reconhecidas e conhecidas. É no território, no espaço onde se habita e onde se estabelece as relações, onde o direito e a cidadania são negados.

Quando se coloca em discussão a fragilidade, vulnerabilidade e as potencialidades do território é necessário executar análises mais aprofundadas e técnicas para buscar todos os elementos que existem e que visam fornecer facilidades para entendê-lo e quais os meios de articulá-los ao objetivo principal, pois, dentro deste contexto, apenas identifica-se essas fragilidades quando é destacado suas potencialidades, ou melhor, a capacidade protetiva que o território vem a fornecer.

A potencialidade é entendida como um conjunto de qualidades identificadas e que podem ser utilizadas para otimização no processo de gestão, e para isso, é necessário o entendimento mais amplo e subjetivo que o território traz.

A aproximação com o concreto vivido pelos sujeitos, suas especificidades e reconhecimento das formas de vida, indo além dos dados, a partir deste olhar local, a vigilância aponta as desproteções e oportuniza ao Estado a visibilidade e o reconhecimento dos desprotegidos. Para esta função, as tecnologias são necessidades prementes para a produção de dados e construção de indicadores de proteção e desproteção, indicadores de qualidade de serviços e reconhecimento dos riscos e vulnerabilidades dos territórios.

Vigilância Social: refere-se à produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos da vida (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos); pessoas com redução da capacidade pessoal, com deficiência ou em abandono; crianças e adultos vítimas de formas de exploração, de violência e de ameaças; vítimas de preconceito por etnia, gênero e opção pessoal; vítimas de apartação social que lhes impossibilite sua autonomia e integridade, fragilizando sua existência; vigilância sobre os padrões de serviços de assistência social em especial aqueles que operam na forma de albergues, abrigos, residências, semi-residências, moradias provisórias para os diversos segmentos etários. Os indicadores a serem construídos devem mensurar no território as situações de riscos sociais e violação de direitos. (NOB/SUAS, 2004, pg. 39-40)

Quando ressaltamos a necessidades de criar indicadores para auxiliarem a leitura territorial, é imprescindível o reconhecimento das ferramentas de gestão que o geoprocessamento vem a fornecer. É

possível notar que a discussão que coloca no centro o território para a gestão das políticas públicas, nos últimos tempos, tem assumido grande intensidade e proporções científicas. Do mesmo modo que os instrumentos de gestão, aliados a novas tecnologias, aprimoram suas técnicas, aponta-se a necessidade de inclusão de áreas de conhecimento como a geografia para sistematizar e inserir parâmetros nos Sistemas de Informações, fazendo uso de novos aparatos tecnológicos a fim de garantir a visibilidade daqueles que demandam proteção social. É neste momento que a ciência geográfica também oferece grande contribuição.

Apropriando-se dos conceitos de planejamento e gestão democrática, o Sistema de Informação Geográfica (SIG) passa a ter papel fundamental no desenvolvimento deste estudo.

O termo Sistema de Informação designa um conjunto de processos, executado sobre dados, de modo a produzir informação. Conjuntos de dados que incluam referências a localizações no espaço podem ser classificados como informação geográfica. (ABRANTES, 1998)

O SIG oferece ao usuário uma visão global de sua área de trabalho, faz com que as informações disponíveis sobre determinado assunto se encontram ao seu alcance. Para que essa visão seja genuína, a geometria e os atributos (informações tabuladas) dos dados num SIG devem estar georreferenciadas, isto é, localizadas na superfície terrestre e representadas numa projeção cartográfica (real x digital). Um SIG é constituído por um conjunto de ferramentas e segundo Burrough, pode ser utilizado em diversos casos,

[...] assuntos relativos ao meio ambiente e recursos naturais, na pesquisa de previsão de determinados fenômenos ou no apoio e decisões de planejamento, considerando a concepção de que os dados armazenados representam um modelo do mundo real. (BURROUGH, 1986 apud CÂMARA; ORTIZ, 1998 p.02)

Como é possível observar, o SIG tem uma característica para ser empregada na administração, gestão ou em diferentes campos de gerenciamento, seu caráter multidisciplinar possibilita que essa estrutura pode ser utilizada amplamente por diversas formações e para diversas finalidades, cujas aplicações variam das mais simples, como traçar um perímetro em uma propriedade, analisar sobreposições de mapas, até as mais complexas, como modelar dados e construir cenários – bastante importante para a gestão de políticas públicas e planejamento.

Neste sentido, podemos compreender que o conhecimento desta ferramenta que a geografia disponibiliza somando aos indicadores que podem ser modelados com ela, é possível compreender sua importância na execução do processo de construção da Vigilância Socioassistencial.

Vigilância Socioassistencial deve estar estruturada e ativa em nível municipal, estadual e federal, contribuindo com as áreas de proteção social básica e de proteção social especial por meio da elaboração de estudos, planos e diagnósticos capazes de ampliar o conhecimento sobre a realidade dos territórios e as necessidades da população,

auxiliando no planejamento e organização das ações realizadas nesses territórios. (BRASIL, 2014, p.11)

É a partir das representações temáticas e dos indicadores nos territórios que se faz possível identificar quais são as manifestações de vulnerabilidade, riscos e desproteções presentes nos territórios do município e o grau de adequação da oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios de acordo com a demanda apresentada pelos dados oficiais locais.

Vigilância Socioassistencial chama a atenção dos gestores para que instrumentalizem os sistemas de informações e as ferramentas de geoprocessamento permitindo a espacialização das coberturas e demandas conforme é apresentado.

No município de Londrina – PR, para o desenvolvimento da Vigilância Socioassistencial considera-se o uso do Sistema de Informações da Assistência Social – IRSAS como ferramenta principal. A observação de riscos, vulnerabilidades e desproteções relativas à proteção social e à prestação dos serviços, se faz necessária para que a Política Municipal de Assistência Social em Londrina se desenvolva de forma plena, assegurando os preceitos constitucionais e legais que regem esta política pública nacionalmente e aprofundando cada vez mais o acesso aos direitos socioassistenciais no Município.

O uso de metodologias, instrumentais e conhecimentos tecnológicos devem ser apropriados pela política de assistência social, de modo a permitir a mensuração da demanda e do alcance da oferta de proteção da política de assistência social favorecendo e ampliando a responsabilidade pública do Estado.

O planejamento estratégico e a organização dos dados para gerar informações à gestão é de interesse do órgão público e se torna um facilitador tanto para os técnicos quanto para os usuários. A compreensão do conceito de Território, Sistemas de Informação Geográfica e Vigilância Socioassistencial é a base para toda articulação dentro da esfera da gestão, pois é imprescindível seu entendimento para efetuar e efetivar suas práticas dentro da política.

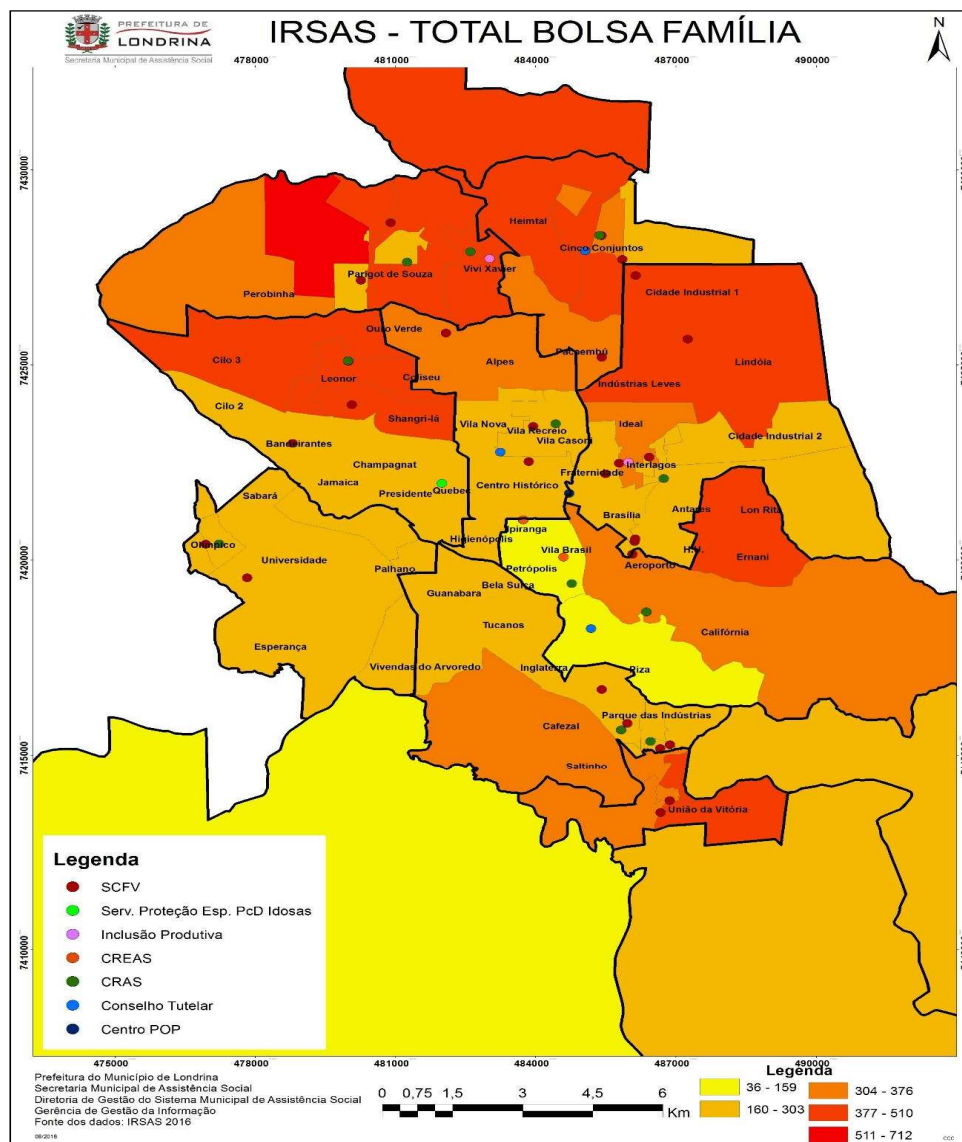
O Sistema de Informação Geográfica visa promover uma simulação da realidade no espaço. Sua característica é integrar a informação espacial proveniente de dados cartográficos. Tendo isso em conta, a sistematização de alguns dados originários do banco de dados do IRSAS, foram utilizados para realizar testes na geração de informações espacializadas. No exemplo a seguir (mapa 1) é possível identificar a espacialização da quantidade dos beneficiários do Programa Bolsa Família na cidade de Londrina – PR.

A representação acima gerada, produz o entendimento quantitativo baseado no tema de temperatura de cor, onde a mais fria (amarelo) indica menor quantidade e a mais quente (vermelha) indica maior quantidade de beneficiários do Programa Bolsa Família. Esse resultado simplório já é um grande passo para a Secretaria, pois, por meio dos dados gerados pelos serviços, foi possível criar uma espacialidade para a informação. É possível notar que o Mapa 1 mostra claramente a situação atual do município de Londrina. Podemos fazer a relação direta que as regiões que possuem maior concentração de pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família são as áreas que mais são atendidas pelos serviços assistências e conseqüentemente áreas que mais precisam de atenção, com público de baixo poder



aquisitivo e alto grau de vulnerabilidade social. Todos dados (renda, ciclo de vida, fragilidade de vínculos, presença em serviços, violações de direitos, entre outros) provenientes do IRSAS puderam ser trabalhados e especializados. Seu principal objetivo é auxiliar o “olhar” sobre o território, atuando como uma das principais ferramentas da Vigilância Socioassistencial. É por meio dessas análises dentro do órgão gestor que conseguimos ter um olhar mais amplo da situação e procurar métodos para tomar decisões mais objetivas que gerem resultados diretos e eficazes para regiões pontuais do Município.

Mapa 1 – Informações do IRSAS: Total de pessoas beneficiárias do Bolsa Família em Londrina



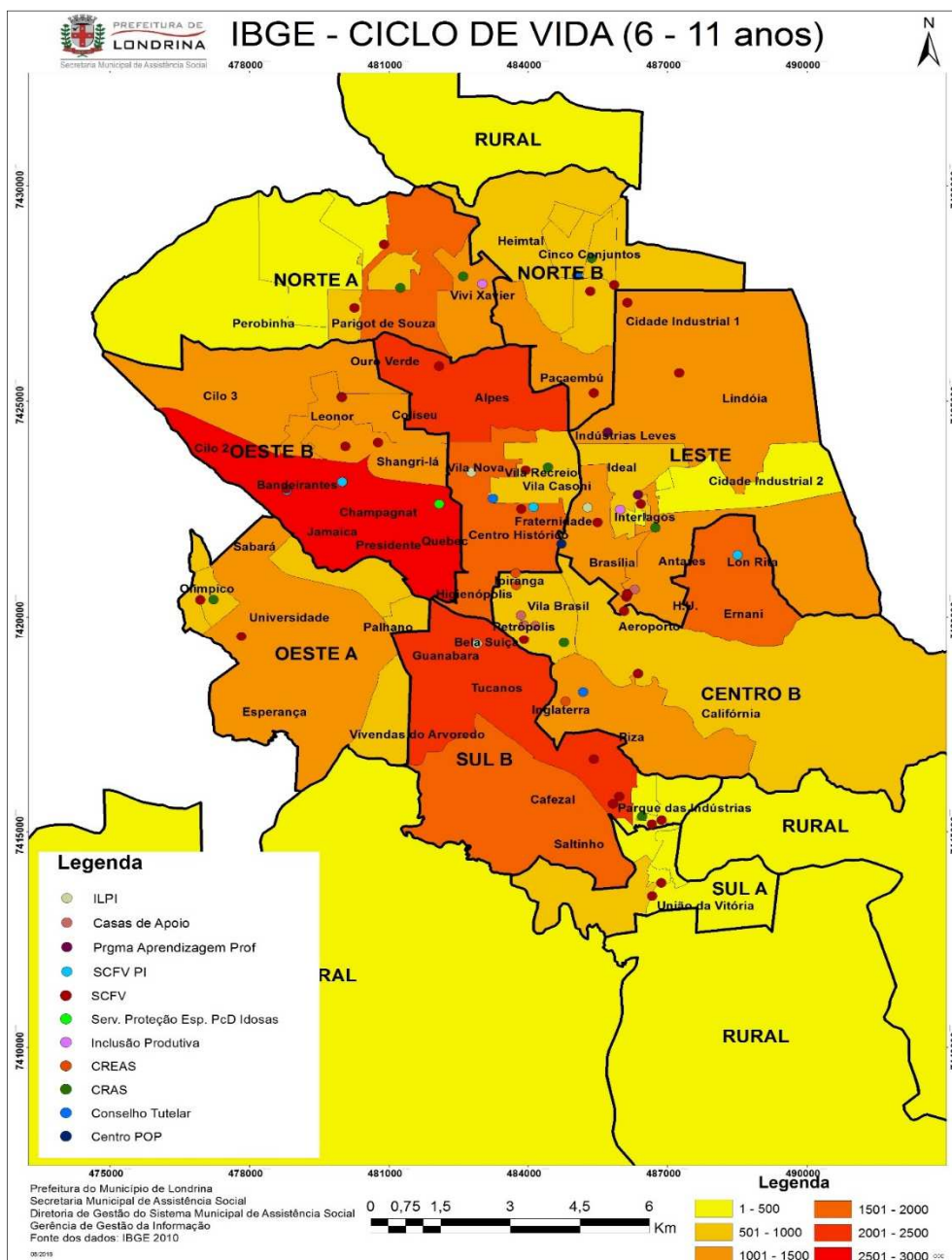
Fonte: Mapa desenvolvido pelo autor.

Pode-se notar que o mapa traz a oferta de benefício presente no território, ou seja, toda as pessoas vinculadas a Assistência Social e que recebem o benefício. Nota-se também a localização das ofertas, ou melhor, todos os Serviços da Rede Socioassistencial. Com isso, é possível realizar análises relacionando

as ofertas que a Secretaria fornece juntamente com as demandas encontradas das pessoas que requerem proteção provenientes da Política.

Mais resultados podem ser analisados nos Mapas 2 e 3 para exemplificar os diferentes modos que a ferramenta oferece, no mesmo esquema do anterior, apresenta quantitativamente as pessoas presentes nos territórios com a idade de 06 a 11 anos com informações retiradas do IBGE e informações do IRSAS. Nesta situação, finalmente, evidencia-se a possibilidade da análise conjunta de duas fontes de dados que trazem resultados relevantes, pois incorpora duas fontes de dados diferentes de um mesmo tema, ou assunto trabalhado.

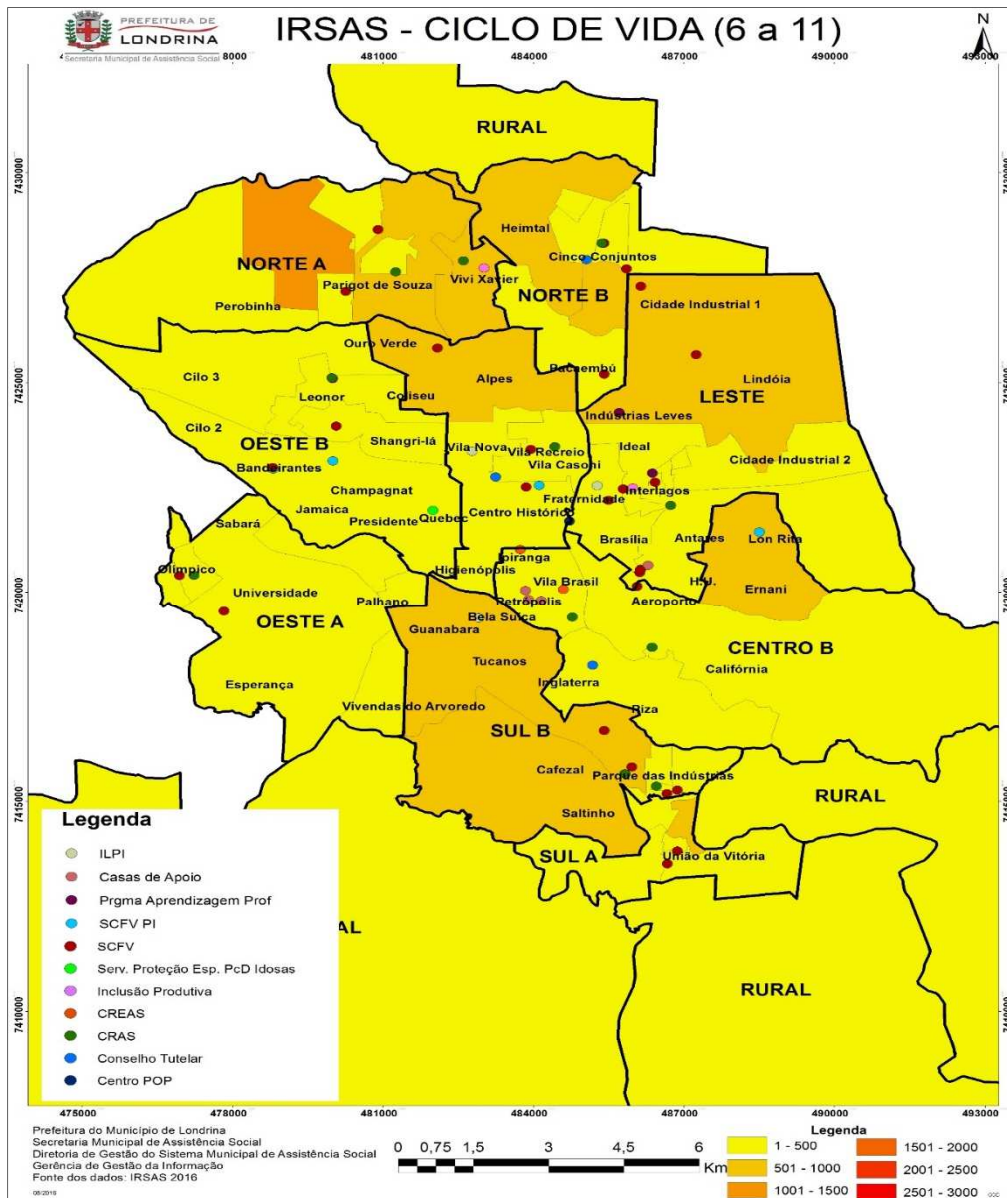
Mapa 2 – Dados do IBGE: Quantidade de crianças de 06 a 11 anos na cidade de Londrina-PR



Fonte: Mapa desenvolvido pelo autor



Mapa 3 – Dados do IRSAS: Quantidade de crianças de 06 a 11 anos na cidade de Londrina-PR



Fonte: Mapa desenvolvido pelo autor

As representações cartográficas do Ciclo de Vida fornecem informações relevantes e que estruturam a base para qualquer tomada de decisão dentro da esfera da gestão. Obter o conhecimento da quantidade de pessoas residentes nos territórios e a idade que elas possuem pode ser o princípio de uma sistematização territorial que origina o pilar que sustenta e distribui as funções para cada tipo de serviço específico de cobertura dentro da Assistência Social.

Com os resultados apresentados nos mapas podemos notar que trabalhar com duas fontes de informação enriquece o entendimento sobre o território. O Mapa 2 que apresenta o universo das informações da quantidade de pessoas de 6 a 11 anos distribuídas nos territórios da Assistência Social apresenta boa parte da concentração de pessoas dessa faixa etária na região central, enquanto o Mapa 3, com as informações IRSAS, chama a atenção para a concentração nas regiões periféricas, fazendo

compreender onde está o foco dos serviços assistenciais quando confrontado com o universo dos dados do IBGE. Os pontos coloridos, simbolizando a quantidade de serviços e suas especificidades, apresenta a localização que os mesmos se encontram e dão a noção de cobertura presente nas regiões em que estão sediados, essa percepção nos fornece os primeiros entendimentos práticos e aplicáveis dos objetivos que a Vigilância Socioassistencial propõe, se relacionarmos as informações contidas nos pontos e as informações da concentração da faixa etária por território, podemos descobrir se os serviços específicos à aquela população estão presentes ou não em determinada área. Basicamente, os cruzamentos dos dados efetuados por análises espaciais sempre nos darão essa noção do geral com olhar visto de cima, essa noção facilitada fornece diversas outras interpretações que são utilizadas para tomar decisões importantes, desde a implantação dos serviços ausentes em regiões que possui grande demanda social, até as alterações de cadastro quando nota-se que a população tem complicações de acesso a certas regiões dificultadas por barreiras naturais ou artificiais causando implicações de mobilidade urbana dessas populações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política pública é o principal instrumento capaz de mudar o cenário já presente a algumas décadas no município de Londrina, mas elaborar políticas públicas dentro do contexto social sempre foi tarefa difícil, lidar com o interesse financeiro e político nunca foi algo fácil no Brasil. Presidente, governadores, prefeitos, gestores, representantes e etc., em sua grande maioria, interessados no desenvolvimento econômico e nos resultados imediatos são o maior empecilho para a aplicação das políticas sociais a longo prazo e realmente efetivas. A política pública estratégica é o modo mais eficaz de promover a ascensão social daqueles que já estão marginalizados e em situação de extrema vulnerabilidade. É com essa demanda que acreditamos no poder das políticas sociais e nas ferramentas que dela surgem, pois existem métodos que são capazes de viabilizar uma reforma social. Essas ferramentas aparecem para suprir uma falta, a falta que os serviços sociais encontram no seu cotidiano.

A Vigilância Socioassistencial, enquanto um dos objetivos da política de Assistência Social e locus privilegiado para a mensuração da presença de vulnerabilidades fornece resultados relevantes quando auxiliada pelas ferramentas de geoprocessamento.

Neste artigo podemos notar que a Vigilância Socioassistencial chama a atenção dos gestores para que instrumentalizem os sistemas de informações e as ferramentas de geoprocessamento o que passa a permitir um leque maior no momento de realizar o trabalho do gestor.

Com isso, essa ferramenta possibilitou reconhecer o território a partir de características que vão além de quem nele habita, evidenciando o abandono a que as comunidades estão sujeitas, tais como

ausência de infraestrutura básica, ausência ou insuficiência de serviços fundamentais, submissão da comunidade a lógica do crime organizado e até mesmo a ausência ou insuficiência de fontes de renda.

As subjetividades presentes nos territórios confirmam a capacidade diversificada de análise que o mesmo dispõe. É possível alcançar conclusões diferenciadas através da análise de uma única fonte de dados, mas trabalhar com duas fontes de um mesmo tema, nos traz a análise comparativa, há maior confiabilidade e embasamento para a gestão. Trabalhar com os dados de maneira geral, torna-se objeto principal para a efetividade da Política, a modelagem das informações é essencial no campo da gestão, pois é em todo esse processo que se dará início para qualquer tomada de decisão.

## REFERÊNCIAS

ABRANTES, Graça. Sistemas de informação Geográfica: Conceitos. 1998. Disponível em: [http://www.isa.utl.pt/dm/sigdr/sigdr01-02/SIGconceitos.html#\\_Toc473971415](http://www.isa.utl.pt/dm/sigdr/sigdr01-02/SIGconceitos.html#_Toc473971415) Acesso em 16 de abril de 2014.

BURROUGH, P.A. Principles of geographical information systems for land resources assessment. Oxford, Clarendon Press, 1986. 193 p

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Miséria (MDS), Norma Operacional Básica NOB-SUAS. Brasília, DF, Julho 2004.

\_\_\_\_\_. Lei 13.245 de 12 janeiro de 2016. Dispõe sobre a organização da Assistência Social. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília. DF, janeiro de 2016. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm)

\_\_\_\_\_. CapacitaSUAS Caderno 3 (2013) Vigilância Socioassistencial: Garantia do Caráter Público da Política de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Centro de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. – Brasília: MDS, 2013.

\_\_\_\_\_. Sistema Único de Assistência Social. Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial. – Brasília, 2014

KOGA, Dirce. Medidas das Cidades – entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: CORTEZ, 2003 .

KOGA, Dirce. Medidas das Cidades – entre territórios de vida e territórios vividos. 2º edição. São Paulo: CORTEZ, 2011.

\_\_\_\_\_, Dirce. Aproximação sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. Serviço Social em Revista. Londrina v.16 n.1, p.30-42, Julho/Dezembro, 2013.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. 3º ed. São Paulo. Editora Nobel, 1998